



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

Ademar Pozzatti Junior

Universidade Federal de Santa Maria,
Departamento de Direito, Santa Maria – RS,
Brazil. (ademar.pozzatti@ufsm.br)

Jessica Maria Grassi

Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, Departamento de
Relações Internacionais, Foz do Iguaçu – PR,
Brazil. (jessicagrassi@hotmail.com)

Funding information

Jessica Maria Grassi recebe bolsa do
Programa de Demanda Social – UNILA
de bolsas Pós-graduação Stricto Sensu
(Programa de Pós-Graduação em Integração
Contemporânea da América Latina).

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Parceria estratégica entre Brasil e Argentina: uma análise entre 2002 e 2012

Strategic partnership between Brazil and
Argentina: analysis between 2002 and 2012

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e18004>

Meridiano 47, 18: e18004, 2017

Resumo

A presente pesquisa quer investigar em que medida existe uma parceria estratégica entre Brasil e Argentina entre os anos de 2002 e 2012, através de uma análise das convergências, divergências, diálogos e propostas desenvolvidas em conjunto atualmente. Para isso, utilizar-se-á o método hipotético-dedutivo e como técnica de pesquisa será utilizada a bibliográfica e documental.

Abstract

The present research wants to investigate the extent to which there is a strategic partnership between Brazil and Argentina between 2002 and 2012, through an analysis of the convergences, divergences, dialogues and proposals jointly developed. For this, will be used the hypothetical-deductive method and bibliographic and documentary research techniques.

Palavras chaves: Parceria estratégica; Brasil; Argentina; Integração Regional.

Keywords: Strategic partnership; Brazil; Argentina; Regional Integration.

Recebido em 30 de Janeiro de 2017

Aprovado em 24 de Março de 2017

Introdução

Existe espaço para uma parceria estratégica dentro de um ambiente de integração regional? Ou seria a própria integração regional um espaço ampliado de parceria estratégica por si só? Inspirado por estas perguntas, este trabalho se debruça sobre dois temas: o regionalismo sul-americano e as relações bilaterais entre Brasil e Argentina, para investigar em que medida as relações preferenciais entre os dois países é mais efetiva do que retórica.

Nos discursos diplomáticos, Brasil e Argentina exaltam a importância da parceria estratégica entre ambos. Além disso, esses dois países têm grande peso na região e, a partir do início do século XXI, percebe-se uma maior aproximação entre os mesmos. A partir disso, esta pesquisa quer investigar se existem aspectos que possam demonstrar a existência de uma parceria estratégica entre Brasil e Argentina entre 2002 e 2012, ou se a parceria estratégica não passa de retórica política.

Para isso, este trabalho está dividido em três tópicos. O primeiro tópico tem como objetivo principal investigar os contornos teóricos e a delimitação conceitual do trabalho. Nesse sentido serão investigados os contornos do conceito de parceria estratégica, de forma a compreender suas diversas nuances e poder diferenciar as relações internacionais assim classificadas daquelas típicas de um processo de integração regional. Na segunda parte serão investigadas as relações bilaterais entre Brasil e Argentina no início do século XXI para questionar em que medida alguns acontecimentos desta relação poderiam configurar a tentativa de construir uma relação preferencial entre os dois países ou se seria apenas a retomada de uma afinidade nos moldes da desenvolvida nos anos 1980, quando ambos os países deram um grande impulso à integração regional. O trabalho destacará pontos de acordo e desentendimentos entre Brasil e Argentina, bem como serão verificados alguns encontros, declarações conjuntas e documentos firmados pelos dois países, de modo a identificar a relação mutuamente privilegiada entre os dois países quando se trata da integração regional.

A hipótese a ser testada neste trabalho é de que, apesar de ter havido, entre 2002 e 2012, pontos de divergências e desconfianças entre os dois países, acentuaram os encontros a partir dos governos de Néstor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrando a intenção de afinarem sua relação. Seus encontros e declarações afirmariam primeiramente a importância da parceria para ambos, e apenas subsequentemente a importância desta parceria para os demais países latino-americanos.

Parcerias estratégicas nas relações internacionais: contornos de um conceito

Todas as relações internacionais são estratégias de política externa que correspondem interesses domésticos dos Estados? Ou seriam as parcerias estratégicas apenas as relações privilegiadas entre uns e outros Estados? Estas questões são amplamente debatidas pelas mais diversas teorias das relações internacionais, cada uma delas comprometida com a sua agenda de interesses ou com seus compromissos metodológicos. Por essa razão, é necessário debater e explicitar o conteúdo do conceito de parceria estratégica utilizada neste trabalho.

Segundo Cortes e Creus (2009), o termo *alianza estratégica* é usado indiscriminadamente e, devido a sua amplitude e imprecisão, sua aplicação refere-se a um tipo de relação interestatal, que por variados motivos e fatores, se distingue devido à consideração de sua importância com relação às outras relações bilaterais que compõem o universo diplomático dos países.

Danielly Silva Ramos Becard (2013, p. 48) afirma que:

nos últimos anos, em especial, diversos países resolveram formar parceria estratégica com seus principais colaboradores regionais ou globais, sobretudo, de forma a promover o desenvolvimento, diminuir assimetrias, garantir a segurança e aumentar ou preservar seu poder relativo no sistema internacional. A crescente popularidade desse tipo de relação parece ser uma prova da expansão dos laços de interdependência internacional, sobretudo, por meio dos conhecidos processos de globalização e regionalização. Ao mesmo tempo indica ser um sinal da necessidade de se reagir a tais processos universalizantes, por meio de uma melhor seleção de parceiros.

Para Antonio Carlos Lessa (1998, p. 31), parceria estratégica pode ser entendida como as “relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, constituídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configurado”. O autor propõe que as parcerias estratégicas demonstram o universalismo pragmático e seletivo do Brasil, que se orienta para a meta de desenvolvimento do país (LESSA, 1998).

Cameron e Yongnian (2007) definem parceria estratégica como um comprometimento de longo prazo entre dois atores importantes de forma a estabelecer uma relação próxima em várias áreas. Entretanto, salientam que isso não impede o surgimento de diferenças entre eles, mas que os mesmos reconheçam a importância do compromisso mútuo em tentar alcançar pontos de acordo sempre que possível.

Assim, Danielly Silva Ramos Becard (2013) esclarece que é cada vez mais comum a utilização desse termo pelos acadêmicos de forma a explicar a especificidade, planificação ou profundidade de algumas relações bilaterais. Apesar disso, poucos países deixam claro “o que entendem por esse tipo de relação ou o que pretendem prioritariamente atingir por meio dela, dando apenas alguns indicativos de como tais parcerias podem ser discernidas das demais relações que possuem” (BECARD, 2013, p. 37). Para a China, por exemplo, um parceiro estratégico “é aquele que pode servir seja como meio de fortalecimento da presença chinesa na economia internacional de mercado em termos de igualdade, seja como elemento de estabilização político-militar regional ou mundial” (BECARD, 2013, p. 52).

Por outro lado, para Luis Fernando de Moraes y Blanco (2009), não existe apenas uma definição para o termo, que possa abarcar toda a abrangência do mesmo, mas deve ser analisado também o contexto no qual é anunciado e aceito em uma relação bilateral, pois cada parceria estratégica tem seu caráter específico.

Apesar disso, deve-se ter em conta que parceria estratégica remete à noção de interesse ou objetivo fundamental, sendo que existem certas condições necessárias para o estabelecimento dessa relação. Dessa forma, Moraes y Blanco (2009) apresenta que uma maneira de se compreender o conceito é visualizá-lo como:

[...] um aprofundamento ou formalização de um relacionamento bilateral, de maneira a se definir formas de ação coordenadas com o objetivo de concretização de determinados interesses fundamentais partilhados (não necessariamente ou somente na área de segurança), ou se não partilhados, que ao menos dependem de uma associação com aquele parceiro em específico para ser alcançados ou preservados. A ideia de afinidade, portanto, não é um elemento que deve estar presente (MORAES Y BLANCO, 2009, p. 43).

Fatores como assimetrias comerciais, ausência de valores comuns e incompatibilidade no que diz respeito ao posicionamento internacional¹ são apresentados como empecilhos para a implementação de uma parceria estratégica exitosa (MORAES Y BLANCO, 2009).

Rogério de Souza Farias (2013, p. 23) defende o uso do termo, pois seria mais amplo, exigindo menos obrigações, decorrendo da “percepção de que outros recursos, além do militar, são importantes para a garantia de segurança e para a prosperidade nacional”. Nesse sentido, entre os principais motivos para a consecução deste tipo de parceria entre Estados, Farias (2013) destaca a percepção das oportunidades que podem ser aproveitadas ou os desafios que devem ser superados.

Além disso, “é importante haver a convergência de interesses de que o aprofundamento bilateral é essencial para realizar objetivos centrais dos respectivos parceiros, sejam de política externa ou de matérias domésticas” (FARIAS, 2013, p. 26). Contudo, o autor salienta que a parceria estratégica não evidencia um estado de harmonia de interesses. Becard (2013, p. 57) propõe que:

muitas vezes, uma parceria estratégica é considerada por um país como um meio para se ganhar acesso aos recursos valiosos do parceiro. Em grande medida, parceiros condicionam o sucesso da relação à disponibilidade ou capacidade do outro em transferir-lhe conhecimentos e habilidades ao longo do tempo. Outras vezes, a parceria serve para que a dupla se apresente com capacidades reforçadas, prestando-se como excelente mecanismo de coordenação e de barganha em foros internacionais.

Não é usual uma parceria estratégica ter tempo estipulado para sua duração, nem mesmo ocorrer um rompimento oficial, bem como a mesma não gera necessariamente obrigações vinculantes. Além disso, essa parceria permite a atuação de diversos setores do governo, empresas e representantes da sociedade civil, apesar da centralidade dos atores governamentais na estrutura política e jurídica do relacionamento (FARIAS, 2013).

Para a construção de parcerias estratégicas, Farias (2013) destaca que os países devem analisar os custos elevados, o tempo e a habilidade política demandados, uma vez que ela exige lideranças empresariais e políticas, recursos materiais e financeiros, bem como implica manter um grau elevado de convergência com atores internacionais. Apesar disso, a parceria pode ser útil em várias questões:

primeiro, é uma sinalização para terceiros países sobre as convergências em ampla gama de assuntos da agenda internacional. Segundo, uma forma de promover a interação de áreas estratégicas das economias, reduzindo os custos de interação dos atores privados. Terceiro, dar suporte aos fluxos originários da própria sociedade. Quarto, endereçar desafios e problemas comuns que não podem ser trabalhados ou resolvidos sem uma articulação mais robusta (FARIAS, 2013, p. 30).

Becard (2013, p. 61) conclui que as parcerias estratégicas “são consideradas ferramentas de adaptação sistêmica, a partir das quais um país busca o outro na tentativa de manter ou modificar

1 Moraes y Blanco ressalta que existe a possibilidade de posicionamentos opostos bem como a determinação de prioridades de atuação distintas, mas que existe um limite para essas divergências.

o *status quo* a seu favor”; recebem “conotações e interpretações distintas, a depender da identidade, ou visão de mundo, escolhida por um país, sobretudo em sua inserção internacional”; são tidas como relações fundamentais na solução de questões político-militares, econômico-comerciais ou ambientais, ou de outra área entendida como fundamental pelos atores.

Nessa parceria, dois países estão dispostos a cooperar para resolver problemas comuns e considerados de “primeira ordem” para ambos, sendo que alguns países são considerados parceiros estratégicos “ora por serem vizinhos ou países dotados de valores ou história comuns, ora por serem uma potência central ou emergente, indispensável na solução de alguns ou diversos problemas setoriais ou globais” (BECARD, 2013, p. 61).

É importante ponderar a importância dos estudos acerca do termo parceria estratégica, tão amplamente utilizado nos últimos anos, justificando-se assim a revisão feita nessa seção. No caso brasileiro, o qual tem uma lista significativa de parceiros estratégicos, torna-se primordial analisar a realidade dessas parcerias estratégicas, pois para serem estratégicas as relações deveriam ter a característica principal de serem prioritárias, consideradas as mais importantes em um rol de muitos, como propõe Lessa e Oliveira (2013).

Todos não podem ser estratégicos, porque verdadeiramente não são fundamentais e porque não têm a mesma relevância para a ampliação da capacidade de realização de interesses que as diplomacias nacionais buscam instrumentalizar no seu dia a dia. Afinal, guardando as devidas proporções, pode-se afirmar que a ideia de *melhores amigos* somente faz sentido para quem tem muitos amigos (LESSA; OLIVEIRA, 2013, p. 10, grifo do autor).

Ressalta-se, no entanto, que o presente trabalho utilizará como principal a definição de Lessa (1998), autor considerado referência basilar para o tema no Brasil e o qual organizou, juntamente com Henrique Altemani de Oliveira, um vasto projeto para tratar das parcerias estratégicas brasileiras. Além disso, também destacam-se as ideias de Farias (2013) e Becard (2013), as quais se apresentam por meio do supracitado projeto organizado por Lessa e Oliveira. Apesar disso, a partir das visões dos autores citados, pôde ser observado que o conceito de parceria estratégica pode ser utilizado com propósitos variados, todas essas visões apresentadas são complementares para este estudo.

Vistos os contornos do conceito de parceria estratégica, nos próximos dois tópicos deste artigo será verificado se a relação entre Argentina e Brasil entre 2002 e 2012 configura ou não uma parceria estratégica no que diz respeito aos processos de integração regional.

Parceria estratégica entre Brasil e Argentina: convergências e divergências

Apesar da história comum e da grande fronteira geográfica que compartilham, os dois maiores países da América do Sul passaram quase a totalidade da história em períodos que, se não chegavam a ser de rivalidade ou animosidade, eram pelo menos de indiferença. Assim, Saraiva (2012) acredita que uma parceria estratégica entre Brasil e Argentina ainda é um tema complexo, os dois países tiveram

trajetórias, ritmos de formação dos Estados nacionais, estratégias de desenvolvimento e estratégias de inserção internacional pautadas em preferências e visões de mundos diferentes, além de possuírem regimes políticos muitas vezes desiguais e traços culturais particulares. Ademais, a história de suas relações foi marcada por rivalidades e disputas de influência sobre os países vizinhos.

Foi somente a partir de 1979 que a relação foi sistematicamente intensificada, tornando-se uma efetiva parceria estratégica em meados da década de 1980 e tendo como ápice a assinatura da Declaração do Iguazu. Essa parceria resultou na criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991. No entanto, durante a década de 1990, apesar do avanço do Mercosul, essa relação não foi tão forte como na década anterior (SARAIVA, 2012).

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, a crise política e econômica vivida pelos países demonstrou algumas fragilidades da relação bilateral, essa crise também atingiu fortemente o Mercosul e muitos analistas anunciaram seu fim, conforme Moreira et al (2010). Apesar disso, os dois países permaneceram sendo parceiros mutuamente importantes, trabalhando em conjunto em diversos temas da agenda regional.

Dessa forma, surgiram ideias de criar novas prioridades ao bloco comercial no ano de 2000. Assim, consoante Saraiva (2012), foram aprovadas normas que ficaram conhecidas como “Relançamento do Mercosul” – e, em 2001, foi criado o Mercosul Social, demonstrando a mudança de rumos do bloco. Cortes e Creus (2009) destacam que foi a vontade política de Brasil e Argentina que evitou o fim do bloco regional. Além disso, os autores ressaltam que a Argentina buscou fortalecer suas relações com o vizinho nesse período de modo a se sustentar internacionalmente e recuperar algumas de suas capacidades perdidas.

Saraiva (2012) salienta que nesse período houve esforços pela unificação das posições entre Brasil e Argentina em temas referentes à região, ademais, a parceria estratégica entre ambos permaneceu sempre presente nos discursos e, para a política externa brasileira, a relação com a Argentina seguiu tendo lugar prioritário. Dessa forma, a Argentina passou a enxergar o Brasil também como um aliado político, uma vez que nos piores momentos foi seu “companheiro fiel” (RUSSEL; TOKATLIAN, 2011).

A partir do início dos anos 2000 percebeu-se também a ampliação do foco da política externa brasileira para o fortalecimento da América do Sul, sendo que, em setembro de 2000, na primeira Cúpula dos Presidentes Sul-americanos, em Brasília, foi relançado o projeto de integração sul-americana (MOREIRA et al, 2010). Nessa reunião as discussões voltaram-se para a integração econômica e de infraestrutura e o reforço dos regimes democráticos, bem como a ideia de formar uma Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) (SARAIVA, 2012).

Em janeiro de 2003, o presidente argentino Eduardo Duhalde e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que acabara de chegar à presidência do Brasil, se encontraram em Brasília, onde se emitiu um Comunicado Conjunto conhecido como Declaração de Brasília “destacando a necessidade de intensificar a consulta e a coordenação política como também a urgência em coordenar políticas macroeconômicas” (CORTES; CREUS, 2009, p. 128, tradução nossa).

Logo após, com a ascensão de Néstor Kirchner (2003-2007) na Argentina, segundo Saraiva (2012), criou-se um ambiente favorável para a construção de uma parceria estratégica sólida, tendo como

ponto de partida o Consenso de Buenos Aires. Durante o governo Lula foi possível recuperar em parte a parceria estratégica nos moldes da década de 1980, além disso, uma aliança estratégica foi apontada pelo Brasil como prioritária e essencial para nortear a integração sul-americana (SARAIVA, 2012).

Cervo (2013, p. 264) também acredita que “as relações bilaterais entre Brasil e Argentina retomam, no século XXI, o projeto produtivo e político concebido por Raúl Alfonsín e José Sarney em meados dos anos 1980”. Para o Brasil havia a importância de manter laços fortes de cooperação com a Argentina, de modo a evitar comportamentos contrários da Argentina que pudessem criar obstáculos para as iniciativas brasileiras tanto regionais como internacionais (SARAIVA, 2012).

Saraiva (2012, p. 141) pondera que:

nesse período a parceria estratégica [...] fez-se sentir em um maior número de dimensões. Os investimentos cresceram muito e a expansão das empresas brasileiras em território argentino reforçou os laços econômicos; os canais de diálogo político foram incrementados; os projetos de desenvolvimento comuns seguiram a trajetória definida em 1991, embora haja havido um retrocesso nas pesquisas nucleares. Embora as atuações conjuntas em foros multilaterais tenham sido mais difíceis, houve mais proximidade que as ocorridas durante os anos 1990, com destaque para a Operação de Paz no Haiti.

Paulo Roberto de Almeida (2004, p. 174) ressalta que “o país platino sempre foi, para FHC [Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)], ‘um’ parceiro estratégico, ao passo que Lula o considera como ‘o’ parceiro estratégico”, bem como o autor destaca que os dois países têm mantido reuniões frequentes tratando de diversos assuntos e tentando buscar posições comuns. Além disso, consoante Moraes (2010), a primeira visita internacional de Luís Inácio Lula da Silva como presidente eleito foi para a Argentina, sendo que, para o Brasil, apenas com uma aliança estratégica com a Argentina seria possível transformar a América Latina em um polo de poder mundial. Dessa forma, temas como integração sul-americana, atuação conjunta em espaços multilaterais e cooperação em diversas áreas são discutidos amplamente com o país vizinho (MORAES, 2010).

De acordo com Cepik et al (2012, p. 149), a partir de 2003, com as eleições de Lula no Brasil e Kirchner na Argentina, “ocorre o revigoramento das relações bilaterais e um novo ímpeto à integração regional é dado, com o relançamento da parceria estratégica entre os dois países e do Mercosul”. Além disso, Brasil e Argentina atuam em conjunto para fortalecer os processos de integração na América do Sul como um todo.

Conforme Saraiva (2012, p. 137), “o eixo bilateral Brasil-Argentina teve peso importante enquanto base política do reordenamento do Mercosul”, esse passou a agregar as dimensões política e sociais, as quais não estavam previstas no Tratado de Assunção. Contudo, Cortes e Creus (2009) salientam que não há consenso entre os dois quanto ao modelo institucional para o bloco, enquanto a Argentina aposta em um modelo supranacional, Brasil não abre mão do modelo intergovernamental.

Entre as iniciativas bilaterais que visam ao relançamento do Mercosul e da parceria estratégica entre Brasil e Argentina, Cepik et al (2012) destacam a assinatura do Protocolos de Olivos (2002); o Consenso de Buenos Aires (2003); a Ata de Copacabana, que relança a parceria estratégica entre

Brasil e Argentina (2004); em 2004, é criado o Parlamento do Mercosul e o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem); em 2006, forma-se o Instituto Social do Mercosul; e é estabelecido o Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina, em 2007. Todas essas iniciativas foram essenciais para o aprofundamento da integração regional (CEPIK et al, 2012).

Com relação ao Mercosul, Granato (2012, p. 86) afirma que:

os presidentes Lula e Kirchner convergiram no que dizia respeito à necessidade de contar com uma visão multidimensional. De modo que sob tal ordem de ideias, não somente era enfatizada a intenção de aperfeiçoar a união aduaneira, impulsionar a competitividade e o tratamento das assimetrias, promover e proteger os investimentos, avançar sobre a coordenação macroeconômica, mas também, visava-se a considerar e favorecer o trabalho nas áreas sociais e produtivas.

Gonçalves (2009, p. 173) propõe que “no quadro regional, as relações com o Brasil têm sido de fluente entendimento, embora seja verdade também, que o entendimento de Kirchner com Hugo Chávez da Venezuela seja muito mais afinado”.

As relações com o Brasil foram aprofundadas. Em nome da Aliança Estratégica que une Brasil e Argentina os dois mandatários decidiram encontrar-se regularmente a cada seis meses, para garantir a afinação dos governos quanto às questões bilaterais, como quanto às questões continentais e mais gerais que afetam as relações exteriores dos dois países (GONÇALVES, 2009, p. 174).

O governo de Kirchner mencionou inúmeras vezes o papel primordial do Brasil e a necessidade de se fortalecer o projeto estratégico com o vizinho, além da relação com o país ser vista como indispensável e inevitável. Contudo, quando da recuperação da crise argentina, passou-se a ter alguns receios de uma eventual hegemonia brasileira na região (RUSSEL; TOKATLIAN, 2011).

A relação dos dois também apresentou algumas dificuldades. Durante a formação da CASA, a diplomacia argentina demonstrou seu descontentamento quanto à formação do bloco com liderança brasileira (SARAIVA, 2012). Segundo Cortes e Creus (2009), a Argentina considerou a iniciativa brasileira uma estratégica que demonstrava a intenção do Brasil de liderar a região. Além disso, “o governo argentino também criticou o protagonismo outorgado pelo Brasil à CASA em detrimento do Mercosul”, bem como “não houve um tratamento diferenciado para seu *aliado estratégico* no momento de repensar a nova estruturação regional, simplesmente Argentina foi um país mais no esquema diplomático brasileiro” (CORTES; CREUS, 2009, p. 136, tradução nossa, grifo do autor). Da mesma forma, o fortalecimento econômico e a projeção brasileira internacionalmente trouxeram outras áreas de atuação para o país, as quais não foram acompanhadas pela Argentina, apesar disso, a relação estratégica com a Argentina persistiu como política de estado, pois novas rivalidades entre os dois seria corrosivo para a ensejada liderança brasileira (SARAIVA, 2012).

Vidigal (2015) também pondera que apesar de algumas divergências no campo comercial, por exemplo, e dos contrapontos argentinos quanto a ascendência brasileira – que tinha a pretensão de liderança na região – Brasil e Argentina convergiram na construção institucional da América do Sul.

Nas negociações acerca da criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o governo argentino apoiou a iniciativa – diferentemente da posição em relação à CASA –, bem como foi a favor da proposta brasileira de criação do Conselho de Defesa, sendo que “funcionários de Argentina e Brasil, ligados às áreas militares e de defesa, mantiveram reuniões nos últimos meses a fim de coordenar posições e construir um pensamento estratégico comum” (CORTES; CREUS, 2009, p. 137, tradução nossa).

Moniz Bandeira (2006, p. 295) ressalta que convinha tanto ao Brasil quanto à Argentina “a consolidação do Mercosul e a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações como um sistema econômico e político unificado, em um sistema mundial, fortemente competitivo e violento, em que os Estados Unidos tratavam de concentrar e congelar o poder mundial”.

Cortes e Creus (2009) salientam que tanto no governo de Néstor quanto de Cristina Fernández Kirchner (2007-2015) há a identificação da relação estratégica com o Brasil. Ademais, segundo Cortes e Creus (2009, p. 123, tradução nossa), “durante o primeiro ano da gestão de Cristina Fernández e o segundo mandato de Lula, as relações entre Argentina e Brasil pareceram ser cordiais, com uma intensidade, denominada pelo governo argentino como inédita”. Além disso, em 2008 mantiveram contatos políticos de alto nível e percebe-se a convergência em várias questões no nível regional, como aspectos relacionados à integração (CORTES; CREUS, 2009).

De acordo com Cepik e Silva (2012, p. 23):

No ano de 2011 observou-se um empenho por parte dos países da região, em especial Brasil e Argentina, para a criação de políticas que visassem à proteção dos recursos naturais do subcontinente, no âmbito do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), órgão da UNASUL inaugurado em março de 2009.

Cepik e Silva (2012) também destacam que durante a Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em dezembro de 2011, Brasil e Argentina desaprovaram a agenda anti-estadunidense articulada pelos países contrários às propostas norte-americanas para a América Latina. Nesse sentido, Cristina Fernández salientou em seu discurso a necessidade de não tomar a integração como uma briga contra algum fator externo, mas usá-la como um instrumento positivo para todos os países, utilizando-se de políticas concretas e não apenas por meio de discursos (CEPIK; SILVA, 2012).

Assim, restam evidentes que existem muitos indícios de que a atuação concatenada entre Brasil e Argentina configuraria uma parceria estratégica. Mas quais os documentos e fatos políticos concretos que poderiam comprovar tal hipótese? Responder esta pergunta é o objeto do próximo tópico.

Diálogos e propostas conjuntas: afirmação da parceria

Foram inúmeros os encontros estabelecidos entre os presidentes de Argentina e Brasil entre os anos 2002 e 2012. A seguir serão apresentadas algumas dessas visitas e reuniões conjuntas, bem como elencados alguns dos temas abordados nelas.

O Documento de Brasília, assinado em 2003, reafirma o acordo entre os dois países como uma condição indispensável para a integração regional. Esse documento demonstra a necessidade de fortalecer o Mercosul com o avanço nos aspectos comerciais, institucionais, produtivos, no relacionamento externo e na infraestrutura (VILOSIO, 2006).

Em outubro de 2003, durante a visita do presidente Lula à Argentina, foi firmado o Consenso de Buenos Aires, no qual os países entenderam que:

a integração regional constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção de nossos países no mundo, aumentando a sua capacidade de negociação. Uma maior autonomia de decisão nos permitirá enfrentar de maneira mais eficaz os movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo, bem como os interesses contrapostos dos blocos mais desenvolvidos, amplificando nossa voz nos diversos foros e organismos multilaterais. Nesse sentido, destacamos que a integração sul-americana deve ser promovida no interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento no qual se associem o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos (BRASIL; ARGENTINA, 2003).

Com relação ao Mercosul, coincidiram que o bloco não se restringe apenas a questões comerciais, “mas que constitui um espaço catalisador de valores, tradições e futuros compartilhado, sendo necessário seu fortalecimento, o aperfeiçoamento de suas instituições, a promoção da participação da sociedade civil e a incorporação de novos países” (CORTES; CREUS, 2009, p. 129, tradução nossa). Além disso, reiteraram a disposição de buscar acordos equilibrados para incrementar as ligações do Mercosul e convergiram continuar as negociações da Alca por meio do bloco (BRASIL; ARGENTINA, 2003).

Dessa forma, Vilosio (2006, p. 94) afirma que estes dois documentos, o de Brasília e o Consenso de Buenos Aires, “mostram que, no ano 2003, Brasil e Argentina haviam chegado a um acordo em torno à necessidade de reforçar o bloco do Mercosul mediante o fortalecimento de alguns aspectos essenciais para o seu desenvolvimento”.

Em março de 2004, quando da visita do presidente argentino ao Brasil, foi assinada a Ata de Copacabana, na qual tratou-se de diversos temas como o estreitamento dos vínculos bilaterais, o estabelecimento de consulados conjuntos, o avanço de obras de infraestrutura, bem como estabeleceram que no dia 30 de novembro a partir de então fosse celebrado o Dia da Amizade Argentino-Brasileira, em comemoração ao encontro de Alfonsín e Sarney em 1985 (CORTES; CREUS, 2009).

Além disso, nesse encontro, os dois países assinalaram a determinação para a conclusão do Acordo de Associação Birregional com a União Europeia, manifestaram a satisfação pelo avanço das negociações para o acordo comercial entre o Mercosul e a Índia e:

coincidiram em que, durante este ano, sob as Presidências da Argentina e do Brasil, o Mercosul dará passos significativos nas áreas comercial, econômica e política, conforme o Programa de Trabalho aprovado na Cúpula de Montevideú, em dezembro de 2003. Nesse sentido, deverão ser finalizados prontamente os anexos ao Acordo de Livre Comércio com a Comunidade Andina de Nações (CAN), firmado naquela ocasião. A partir do aprofundamento das relações entre o Mercosul e a CAN, se buscará a construção de uma Comunidade Sul-Americana de Nações (BRASIL; ARGENTINA, 2004).

De acordo com Vilosio (2006), entre os anos 2003 e 2004, foi o impulso dado por Brasil e Argentina que levou ao aprofundamento do Mercosul, bem como levou a formação do Plano de Trabalho 2004-2006. Apesar disso, esse impulso se debilitou devido alguns atritos comerciais entre os dois países.

Cepik e Silva (2012, p 16) ressaltam:

A assinatura do Consenso de Buenos Aires (2003) e da Ata de Copacabana (2004) por ambos os governos atesta a importância estratégica da parceria entre Argentina e Brasil, reforçando a necessidade de um maior desenvolvimento do MERCOSUL. Nesse sentido, a criação do Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) e do parlamento do MERCOSUL, criados em 2005 e 2006, respectivamente, demonstram a convergência política dos dois maiores países da região e estabelece um novo marco para a integração regional no Cone Sul.

O Compromisso de Puerto Iguazú – Desenvolvimento, Justiça e Integração, celebrado quando do aniversário de 20 anos da Declaração de Iguazú, no dia 30 de novembro de 2005, na cidade de Puerto Iguazú, destaca que a aliança entre Argentina e Brasil “é a chave para o êxito do projeto comum de integração, dentro do qual se destaca a importância do aprofundamento do Mercosul, da consolidação do Mercado Comum e da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações” (BRASIL; ARGENTINA, 2005). Além disso, salienta que ambos os países pretendem continuar o aprofundamento da integração para que cada vez mais os benefícios da integração possam ser vividos pelos cidadãos.

Ressalta-se também que no referido compromisso, Brasil e Argentina:

encomendaram a seus Ministros de Minas e Energia e de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços que realizem com a Venezuela, e em coordenação com os demais países interessados da região, a continuação dos estudos com vistas à construção de um gasoduto que una os três países e outros da América do Sul, devendo-se reunir as delegações técnicas da Argentina, Brasil e Venezuela em 5 de dezembro em Caracas (BRASIL; ARGENTINA, 2005).

Em janeiro de 2006, durante a visita de Néstor Kirchner ao Brasil, os presidentes criaram um mecanismo de coordenação e consulta periódica, estabelecendo reuniões presidenciais a cada seis meses, reuniões ministeriais a cada seis meses e reuniões de vice-chanceleres a cada três meses (CORTES, CREUS, 2009).

Também em 2006, Brasil e Argentina assinaram o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC) no âmbito do Mercosul (Paraguai e Uruguai decidiram não aderir). Segundo Cortes e Creus (2009), tal acordo previu restringir as importações se um país se considerasse afetado pelas exportações do outro, buscando solucionar as controvérsias e evitar sua politização. O MAC representou uma convergência entre os dois principais membros do bloco, no entanto, apresentou uma série de divergências de

difícil solução (CORTES; CREUS, 2009). Nesse sentido também, para Cortes e Creus (2009), outro avanço nos marcos do Mercosul foi a decisão argentino-brasileira de utilizar as moedas nacionais, o Peso e o Real, nas transações comerciais entre ambos os países.

Durante a visita do presidente Lula da Silva à Argentina, em fevereiro de 2008 foi firmado a Declaração Conjunta à Imprensa, onde destaca-se que os presidentes reiteraram “seu compromisso com uma integração regional que fortaleça o diálogo político e os laços econômicos e comerciais entre os países sul-americanos, com ênfase na interconexão física, nos projetos de infraestrutura e nos assuntos energéticos” (GRANATO, 2012, p. 89). Na referida Declaração conjunta, ambos

renovaram seu firme compromisso com o fortalecimento e aprofundamento do MERCOSUL, que constitui para os dois países o principal âmbito de integração regional. [...] Concordaram que a crescente escassez de energia no mundo e que a relação da questão energética com a mudança climática tornam urgentes os esforços bilaterais e regionais de integração dos sistemas energéticos e o desenvolvimento de fontes alternativas de energia. [...] Congratularam-se pelo alcance deste seu primeiro encontro no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, que constituiu um marco significativo no aprofundamento da associação estratégica que une o Brasil e a Argentina, que se manifesta no sustentado e intenso progresso da relação e na vocação de dinamizar o processo de integração bilateral e regional (BRASIL; ARGENTINA, 2008b).

Logo após, em setembro de 2008, a presidente Cristina Fernández de Kirchner visita o Brasil para participar como convidada de honra nas comemorações do Dia da Pátria, bem como manter reunião no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina com o presidente Lula. Nessa ocasião, ressaltaram a importância da associação estratégica entre os dois países, bem como sua disposição de dar continuidade às negociações extrarregionais do Mercosul e aprofundar as negociações Sul-Sul (BRASIL; ARGENTINA, 2008a). Além disso,

reiteraram seu compromisso com o aprofundamento do MERCOSUL – principal âmbito de integração regional para ambos os países do ponto de vista político, social e econômico-comercial – e, nesse sentido, salientaram a importância de eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) como um passo fundamental para a consolidação da união aduaneira. Saudaram a plena implementação do Fundo Estrutural de Convergência do MERCOSUL (FOCEM), instrumento de grande importância para a correção das assimetrias entre os Estados membros do bloco e reiteraram o compromisso de instrumentar um sistema de garantias como um primeiro passo no estabelecimento de um Fundo Mercosul de apoio às pequenas e médias empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva. [...] Ressaltaram a importância da assinatura do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), em Brasília, no dia 23 de maio de 2008, e reiteraram o seu compromisso com uma integração regional que fortaleça o diálogo político e os laços econômicos e comerciais entre os países sul-americanos, com ênfase na interconexão física, nos projetos de infraestrutura e nos assuntos energéticos (BRASIL; ARGENTINA, 2008a).

Já na Declaração Conjunta de novembro 2009, no Brasil, os presidentes reafirmaram seu compromisso de impulsionar os trabalhos do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul, assim como adotar programas e medidas no âmbito social que reduzam os efeitos da crise financeira internacional. Também “reiteraram a importância da consolidação da Unasul, que deve transformar-se em fator de unidade e de cooperação na América do Sul” (BRASIL; ARGENTINA, 2009). Ademais, na referida declaração, os países ressaltaram:

o interesse de ambos os países em acelerar a execução dos projetos prioritários para a integração física sul-americana, em especial nas áreas de infraestrutura, transportes e telecomunicações que integrem os países, atendendo a critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável e preservando o equilíbrio dos ecossistemas. [...] Renovaram o compromisso de avançar em direção da plena incorporação do âmbito de trabalho da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no marco do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL. [...] Decidiram seguir estudando a proposta de avançar na direção de uma instância regional para a América Latina e o Caribe como espaço político de expressão da unidade regional com base na experiência de concertação política no âmbito do Grupo do Rio e nos temas que estão sendo propostos na Agenda de Integração, Desenvolvimento e Cooperação promovida no âmbito da CALC (BRASIL; ARGENTINA, 2009).

Em 31 de janeiro de 2011, em Buenos Aires, na Declaração Conjunta de Imprensa, as presidentes Cristina Fernández e Dilma Rousseff (2011-2016) demonstraram manter as conversações que vinham ocorrendo durante o governo de Néstor Kirchner e Lula da Silva, reforçaram a importância de uma aliança estratégica entre os dois países, como eixo constitutivo da integração regional e reinteraram o compromisso com o processo de integração bilateral (GRANATO, 2012).

Assim, as presidentes afirmaram a importância da colaboração bilateral em diversos eixos de forma a alcançarem resultados benéficos para ambos os países, bem como para os demais países do Mercosul e destacaram “a importância do aprofundamento do Mercosul como principal âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região, e a constituição da Unasul como fator de unidade e de cooperação na América do Sul” (BRASIL; ARGENTINA, 2011a).

Outros pontos importantes destacados pelas presidentes foram:

a importância de outorgar uma ampla difusão e plena vigência ao Selo MERCOSUL Cultural com vistas a facilitar a circulação de bens que formam parte de projetos culturais e fortalecer, assim, a integração cultural no MERCOSUL. [...] a necessidade de fortalecer os mecanismos de cooperação na formação de professores de português e espanhol. Nesse sentido, determinaram aos respectivos Ministros de Educação promover a consolidação de um programa de formação através de parcerias universitárias e financiamento de bolsas de estudo que permitam a estudantes de graduação em letras de um país cursar, com reconhecimento recíproco dos estudos, créditos semestrais ou créditos de verão em instituições universitárias do outro país. [...] Determinaram que as respectivas autoridades

educacionais ampliem a promoção de mobilidade acadêmica de estudantes e professores universitários de graduação e pós-graduação, por meio de programas de intercâmbio (BRASIL; ARGENTINA, 2011a).

No dia 31 de janeiro de 2011, as presidentes também assinaram o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a promoção comercial conjunta. Nesse documento, ambos os países convergiram em buscar coordenar ações conjuntas de promoção comercial, promover intercâmbio de informações e cooperação técnica, projetos que visem a complementação e à integração industrial, comercial e tecnológica de modo a otimizar os recursos disponíveis, estimular o turismo, aproximar os setores privados a fim de melhorar a produtividade e competitividade. Tudo isso em nome da integração bilateral e do aprofundamento do Mercosul, sempre mencionando os demais países do bloco e destacando que o presente Memorando viria a “facilitar a execução das decisões dos Coordenadores Nacionais da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul” (BRASIL; ARGENTINA, 2011b).

Além desses, diversos outros encontros foram realizados, bem como acordos assinados, para debater questões da agenda bilateral nesse período. Acordos que influenciam nas decisões tomadas no âmbito regional, e podem ser levados para os outros países por meio dos processos de integração. Ressalta-se que o presente capítulo tentou abordar diálogos realizados entre os dois países no que diz respeito apenas aos processos de integração regionais existentes no período estudado.

A partir dos documentos analisados, observou-se a preocupação de ambos no aprofundamento da integração regional, sendo, para isso, uma parceria estratégica entre os dois maiores países da região de grande relevância. O Mercosul foi muito ressaltado nas declarações, devido à importância dos acordos entre Brasil e Argentina, líderes desse processo de integração. Além disso, pode-se afirmar que ambos estão mais voltados para a América do Sul, embora busquem expandir a integração para a América Latina, o que pode ser verificado com a formação da Celac, por exemplo.

Conclusão

A presente pesquisa teve como objetivo examinar se existe uma parceria estratégica entre Brasil e Argentina a partir da análise da relação dos dois países nos processos de integração na América Latina em que ambos fazem parte.

No primeiro momento observou-se que, apesar do termo parceria estratégica ganhar maior destaque nos últimos anos, o conceito é, muitas vezes, usado indiscriminadamente, pois não é colocado de maneira clara e objetiva pelos países, o que faz o mesmo ser considerado abstrato e impreciso. Além disso, verificou-se que muitos países são considerados parceiros estratégicos por serem vizinhos, ou por serem indispensáveis na solução de problemas setoriais ou globais.

No segundo momento tratou-se especificamente das relações entre os dois países, buscando as divergências e as convergências, bem como destacando os encontros, os acordos, as declarações, de

modo a identificar o relacionamento no que se refere à integração regional. Constatou-se que com a ascensão de Lula da Silva, no Brasil, e a chegada de Néstor Kirchner na presidência argentina, a relação se intensificou. A partir de então, os presidentes passaram a se encontrar regularmente para garantir a afinação de questões da agenda bilateral bem como regional.

Nesse período pode-se afirmar que foi possível alcançar uma parceria nos moldes da desenvolvida da década de 1980, fazendo-se sentir principalmente no reforço dos laços econômicos, na expansão do diálogo político e nos projetos de desenvolvimento. Da mesma forma, com Cristina Fernández na presidência argentina e, mais tarde, com a ascensão de Dilma Rousseff no Brasil, há a continuidade do projeto iniciado por Kirchner e Lula.

Assim, foram mencionados diversos encontros e declarações, os quais demonstraram a preocupação de ambos em manter uma efetiva parceria estratégica. Os presidentes buscaram discutir e estabelecer pontos de acordo, pretendendo chegar a decisões conjuntas no que diz respeito aos processos de integração que fazem parte, atuando de modo a fortalecê-los, a partir da perspectiva de ser a integração uma forma de melhorar sua inserção internacional, renovar sua capacidade de negociação, enfrentar os movimentos desestabilizadores do sistema internacional, bem como garantir o desenvolvimento e o crescimento dos países.

Para o desenvolvimento e dinamização desses processos de integração, a parceria estratégica entre Brasil e Argentina tem papel primordial uma vez que são os dois maiores países da região e uma estratégia de atuação conjunta entre os dois seria essencial para a superação de obstáculos e de ganhos tanto políticos quanto socioeconômicos para ambos.

Desse modo, após o percurso investigativo, percebe-se que, desde o início do século XXI, Brasil e Argentina demonstraram sua intenção de permanecer agindo conjuntamente, fortalecendo seus laços cooperativos. Os encontros, declarações e documentos assinados, demonstraram a tentativa de estabelecer e manter uma parceria estratégica no período analisado. Como ressaltado no texto, parcerias estratégicas são caracterizadas por relações prioritárias entre países e não significam uma harmonia de interesses, mas a tentativa de alcançar pontos de acordo sempre que possível. Apesar das divergências e desencontros, ficou demonstrado que Brasil e Argentina são vizinhos mutuamente imprescindíveis, participam de diversos processos integracionistas na América Latina e são parceiros históricos, sendo grande a importância de trabalharem conjuntamente para resolver questões regionais.

Por fim, a parceria estratégica entre Brasil e Argentina nos processos de integração regional elucidada a percepção de ambos de que juntos podem influir mais significativamente nas decisões que dizem respeito à América Latina, apresentando-se com suas capacidades reforçadas, podendo essa parceria levar a garantir o apoio em decisões importantes quando necessário, até mesmo garantindo um equilíbrio de poder na região, ademais essa relação prioritária é a chave para a superação dos desafios históricos enfrentados pelos países, podendo ser usada como meio para concretizar tantos objetivos externos como domésticos.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 74, n. 1, p. 162-184, jan./jun., 2004.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. Parcerias Estratégicas nas Relações Internacionais: Uma análise conceitual. In: LESSA, Antonio Carlos; OLIVEIRA, Henriquei Altemani de (Org.). **Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais**. v. 1. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- BRASIL; ARGENTINA. **Ata de Copacabana**. 2004. Disponível em: <http://www.contexto.org/pdfs/actas_copacabana.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.
- _____. **Compromisso de Puerto Iguazú – Desenvolvimento, Justiça E Integração**. 2005. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_202>. Acesso em: 01 out. 2016.
- _____. **Consenso de Buenos Aires**. 2003. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_92/at_download/arquivo>. Acesso em: 09 set. 2016.
- _____. **Declaração Conjunta – Visita de Estado ao Brasil da Presidente da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner**. 2008a. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_208>. Acesso em 05 out. 2016.
- _____. **Declaração Conjunta – Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. 2008b. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_28>. Acesso em 24 out. 2016.
- _____. **Declaração Conjunta – Visita de Trabalho à República Federativa do Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner**. 2009. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/declaracao-conjunta-visita-de-trabalho-a-republica-federativa-do-brasil-da-presidenta-da-republica-argentina-cristina-fernandez-de-kirchner>>. Acesso em: 02 out. 2016.
- _____. **Declaração Conjunta – Visita oficial da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, à Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner**. 2011a. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/declaracao-conjunta-visita-oficial-da-presidenta-da-republica-federativa-do-brasil-dilma-rousseff-a-presidenta-da-republica-argentina-cristina-fernandez-de-kirchner>>. Acesso em: 01 out. 2016.
- _____. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a promoção comercial conjunta**. 2011b. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-argentina-para-a-promocao-comercial-conjunta>>. Acesso em: 07 out. 2016.
- CAMERON, Fraser; YONGNIAN, Zheng. Key Elements of a Strategic Partnership. In CROSSICK, Stanley; REUTER, Etienne. **China-EU: a common future**. Singapore: World Scientific, 2007.

- CEPIK, Marco; *et al.* Argentina: segurança, política e Relações Bilaterais com o Brasil. In: DATHEIN, Ricardo (Org.). **Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil**. vol 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- CEPIK, Marco; SILVA, Natasha Pergher. A política da integração regional da Argentina na Era Kirchner. **Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v. 3, n. 9-10, p. 15-30, dez./mar, 2012.
- CERVO, Amado Luiz. Relações **Internacionais da América Latina**: de 1930 aos nossos dias. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2013.
- CORTES, Maria Julieta; CREUS, Nicolas. Argentina-Brasil: intensidad variable en una relación estratégica inevitable. In: LECHINI, Gladys; KLAGSBRUNN, Victor; GONÇALVES, Williams (Orgs./comp.). **Argentina y Brasil. Venciendo preconceitos**: las variadas aristas de una concepción estratégica. Rio de Janeiro: Revan, 2009.
- FARIAS, Rogério de Souza. Parcerias estratégicas: marco conceitual. In: LESSA, Antonio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Org.). **Parcerias estratégicas do Brasil**: os significados e as experiências tradicionais. Vol. 1. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- GONÇALVES, Williams. Argentina contemporânea numa perspectiva brasileira. In: LECHINI, Gladys; KLAGSBRUNN, Victor; GONÇALVES, Williams (Orgs./comp.). **Argentina y Brasil. Venciendo preconceitos**: las variadas aristas de una concepción estratégica. Rio de Janeiro: Revan, 2009.
- GRANATO, Leonardo. As Relações Bilaterais Argentino-brasileiras no Quadro da Integração Regional: de um Quadro de Rivalidade ao Despertar de uma Efetiva Cooperação. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 69-95, ago./dez., 2012.
- LESSA, Antonio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. N. Especial Comemorativo dos 40 Anos. Brasília, v. 41, p. 29-41, 1998.
- _____; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Parcerias Estratégicas do Brasil: uma busca por conceitos. LESSA, Antonio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Org.). **Parcerias estratégicas do Brasil**: os significados e as experiências tradicionais. v. 1. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003). 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **A cooperação Brasil-Argentina na área militar**: das autonomia das Forças Armadas às relações estratégicas (1978-2009). 2010. 237 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.
- MORAES Y BLANCO, Luis Fernando de. **Parceria estratégica**: a linguagem que constitui as relações entre Rússia e a União Europeia. 2009. 152 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009.
- MOREIRA, Luiz Felipe Viel; *et al.* **As relações internacionais da América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- RUSSEL Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. El lugar del Brasil en la política exterior de la Argentina: la visión del otro. **Desarrollo Económico**. Buenos Aires, v. 42, n. 167, out./dez., p. 405-428, 2002.

- SARAIVA, Miriam Gomes. **Encontros e Desencontros**: o lugar da Argentina na política externa brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- VIDIGAL, Carlos Eduardo. O Cone Sul no século XXI. In. Cervo, Amado Luiz; RAPOPORT (Orgs), Mario. **História do Cone Sul**. 2. Ed, Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- VILOSIO, Laura. Mercosur 2003-2004: un período de impulso y estancamiento. In. BOLOGNA, Alfredo (Dir.). **La política exterior del Gobierno Kirchner**. Tomo IV. Vol. 1. 2. Ed. Rosário: UNR Editora – Universidade Nacional de Rosário, 2006.